

**Agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís: desafios
e oportunidades para um desenvolvimento sustentável**

***Family-run agribusinesses in the São Luís Urban Agglomeration micro-region: challenges
and opportunities for sustainable development***

Hélio Maurício Valois Moraes

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Poliana Oliveira Cardoso

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Uelson Serra Garcia

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Jaomara Nascimento da Silva

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O trabalho teve como objetivo analisar os desafios e as oportunidades relacionados à implantação, funcionamento e fortalecimento das agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, foi desenvolvida com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dados primários e secundários. Para isso, foram identificados os principais obstáculos nas dimensões legal, financeira, de assistência técnica e infraestrutura; analisados os entraves burocráticos e sanitários no acesso aos Serviços de Inspeção (SIM, SIE e SIF); e investigada a qualidade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada a essas agroindústrias. Foram aplicados questionários semiestruturados a 17 agroindústrias familiares localizadas nos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Os resultados indicaram que a maioria das agroindústrias opera de forma individual e enfrenta dificuldades significativas relacionadas à infraestrutura, à formalização legal e ao acesso a crédito e assistência técnica. Entretanto, o estudo também identificou oportunidades associadas aos mercados institucionais, à valorização dos produtos locais e à expansão de políticas públicas voltadas à agroindustrialização familiar. Conclui-se que o fortalecimento dessas agroindústrias exige a superação dos gargalos identificados e depende da proposição de diretrizes e da integração entre políticas de crédito, extensão rural, inspeção sanitária e apoio organizacional, visando à construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e territorializado.

Palavras-chave: Maranhão, agricultura familiar, agregação de valor, fortalecimento produtivo; políticas públicas.

Abstract: The study aimed to analyze the challenges and opportunities associated with the establishment, operation, and strengthening of family-run agribusinesses in the micro-region of the São Luís Urban Agglomeration. This research is descriptive in nature; it was conducted using a qualitative approach, drawing on both primary and secondary data. To this end, the main obstacles in the legal, financial, technical assistance, and infrastructure areas were identified; bureaucratic and health-related barriers to accessing Inspection Services (SIM, SIE, and SIF) were analyzed; and the quality of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services provided to these agribusinesses was investigated. Semi-structured questionnaires were administered to 17 family-run agribusinesses located in the municipalities of São Luís, São José de Ribamar, and Paço do Lumiar. The results indicated that most agribusinesses operate independently and face significant challenges related to infrastructure, legal formalization, and access to credit and technical assistance. However, the study also identified opportunities related to institutional markets, the promotion of local products, and the expansion of public policies aimed at family-based agro-industrialization. The conclusion is that strengthening these agribusinesses requires overcoming the identified bottlenecks and depends on the establishment of guidelines and the integration of credit, rural extension, health inspection, and organizational support policies, with the aim of building a sustainable and locally-focused model of rural development.

Keywords: Maranhão, family farming, value addition, strengthening of production; public policies.

1. Introdução

A agricultura familiar ocupa posição estratégica na configuração produtiva e socioterritorial do Brasil, sendo responsável por parcela relevante do abastecimento alimentar, pela ocupação do território e pela reprodução sociocultural de comunidades rurais. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que mais de 77% dos estabelecimentos agropecuários do país enquadram-se na categoria de base familiar, evidenciando sua capilaridade e importância econômica e social. Nessa direção, a literatura especializada sublinha que a agricultura familiar, por mobilizar predominantemente trabalho do próprio núcleo doméstico, possui capacidade ímpar de gerar inclusão produtiva, diversificar sistemas de cultivo e preservar culturas locais.

Nesse sentido, a categoria da agricultura familiar é entendida por pesquisadores como um eixo estruturante do espaço rural, pois, além de sua inegável contribuição para a produção de alimentos, ela cumpre relevante função social, econômica e ambiental (Silva; Del Grossi, 2001). De fato, o segmento não se limita a fornecer matérias-primas, mas contribui diretamente para a resiliência territorial e a segurança alimentar.

Nesse cenário, as agroindústrias familiares emergem como estratégia para agregar valor à produção primária, ampliar renda, garantindo a sucessão e manutenção das pequenas propriedades rurais e promover o desenvolvimento territorial sustentável. Em perspectiva convergente, a agroindustrialização da produção familiar é caracterizada como uma estratégia de desenvolvimento rural voltada para a transformação de excedentes agrícolas em produtos de maior valor agregado, contribuindo para o fortalecimento da autonomia dos agricultores (Mattei, 2006).

A literatura recente comprova que a agroindustrialização é uma maneira eficaz de reduzir a dependência da produção primária e manter a riqueza nos territórios (Souza; Borges, 2018). Sabourin (2007), ao situar a agroindústria familiar como campo fértil de inovação social e técnica, destaca sua capacidade de articular saberes locais a práticas sustentáveis, ampliando a inserção econômica de agricultores. Ainda que os programas federais e estaduais venham ampliando a atenção à agroindustrialização (PRONAF¹, PAA e PNAE), persistem limitações técnicas, legais, financeiras e organizacionais (Grisa; Schneider, 2015).

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em nível de Maranhão, temos o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) de iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF).

No Maranhão, essa realidade ganha contornos ainda mais expressivos, tendo em vista que 85% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares (IBGE, 2017). A relevância histórica e social da agricultura familiar tem sido reforçada por políticas públicas como o PAA, PNAE e PROCAF, que priorizam a compra direta de produtos da agricultura familiar, incentivando a formalização, estruturação produtiva e dinamização de pequenas agroindústrias. Exemplos em setores como polpas, mandioca, mel, panificação, leite e derivados, mostram um forte potencial de transformação, especialmente quando ligadas ao cooperativismo e à economia solidária. Essas iniciativas fortalecem cadeias curtas, pois, ao se fixarem nas regiões, as agroindústrias familiares mantêm laços com os mercados locais e hábitos alimentares regionais (Schneider, 2003).

A microrregião Aglomeração Urbana de São Luís (que inclui São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar) é um mosaico urbano-rural onde a agricultura familiar ainda é forte. No entanto, as agroindústrias dessa região enfrentam problemas específicos: alta informalidade, acesso limitado à Assistência Técnica (ATER), infraestrutura deficiente e grandes barreiras sanitárias e legais (Cunha; Reis, 2020). Em regiões metropolitanas, os desafios se tornam ainda mais complexos, incluindo a competição pelo uso do solo, a invisibilidade do setor rural nas políticas urbanas e a falta de políticas públicas adaptadas à realidade periurbana (Grisa; Schneider, 2015).

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e as oportunidades relacionados à implantação, funcionamento e fortalecimento das agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, com ênfase nas dimensões técnica, legal, financeira, organizacional e de infraestrutura. Socialmente, o trabalho sistematiza vozes e experiências de agricultores e agroempreendedores familiares, tornando visível suas dificuldades e propostas para que sejam consideradas nos processos decisórios e nos instrumentos de política pública.

2. Revisão da literatura

2.1. A agricultura familiar como pilar estratégico no contexto brasileiro e maranhense

A agricultura familiar representa um dos principais eixos estruturantes da produção agroalimentar, da organização social e da sustentabilidade do meio rural brasileiro. Mais do que um modo de produção, constitui um modelo de vida e organização do trabalho, profundamente vinculado à reprodução sociocultural das comunidades rurais. No país, seu papel ultrapassa a dimensão produtiva, consolidando-se como instrumento de segurança

alimentar, inclusão social e desenvolvimento territorial sustentável.

A importância da agricultura familiar é reconhecida legalmente pela Lei nº 11.326/2006, que define critérios objetivos de enquadramento, como o uso predominante de mão de obra familiar e a gestão direta pelo produtor (Brasil, 2006). Segundo Schneider (2014), essa formalização é fundamental para conferir identidade aos agricultores, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e viabilizando políticas públicas específicas. Contudo, essa relevância socioeconômica coexiste com vulnerabilidades estruturais históricas. Como observa Delgado (2012, p. 57), “a fragilidade do setor não reside na sua capacidade produtiva, mas nas condições adversas de operação, o que demanda políticas de Estado voltadas à emancipação econômica e à valorização do conhecimento tradicional, superando a lógica do assistencialismo”.

A ausência de políticas integradas e de assistência técnica eficiente, somada ao acesso restrito ao crédito e aos mercados, mantém entraves como a informalidade e a precariedade logística, dificultando a inserção dos produtores em cadeias de valor mais complexas e comprometendo a competitividade do setor.

A despeito desses desafios, a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos empregos gerados no campo e por significativa parcela da produção de alimentos que abastecem o mercado interno (IBGE, 2017). O fortalecimento desse segmento constitui um avanço social e econômico, pois contribui para reduzir as desigualdades regionais e dinamizar as cadeias produtivas locais. No Maranhão, essa importância é ainda mais expressiva, visto que o Estado figura entre os de maior proporção de estabelecimentos familiares no país (Santos; Sousa, 2019).

A base produtiva maranhense distingue-se pela diversificação de cultivos, como mandioca, milho, arroz e feijão, além da criação de pequenos animais. Essa variedade é um traço marcante da resiliência econômica das comunidades rurais. Brito, Beraldo e Sousa (2020, p. 18) afirmam que “a produção estadual ainda é marcada pela dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar, muitas vezes operando com baixo padrão tecnológico e voltada à subsistência”. De acordo com Grisa e Schneider (2015), essa diversidade produtiva reflete uma estratégia de reprodução social e um valor cultural que expressa o modo de vida em diferentes territórios.

Assim, o desenvolvimento pleno do setor depende da implementação de políticas públicas articuladas, capazes de integrar as etapas de produção, beneficiamento e comercialização. A criação do PRONAF, em 1996, e programas como o PAA e o PNAE

representaram avanços significativos na geração de renda (Moura et al., 2021). No Maranhão, entretanto, a implementação dessas políticas enfrenta fragilidades institucionais. Conforme Cunha e Reis (2020), a atuação limitada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dificulta o aproveitamento pleno dos mecanismos de apoio disponíveis.

Em resumo, a agricultura familiar constitui um pilar estratégico do desenvolvimento rural sustentável. Sua contribuição é múltipla: econômica, social, ambiental e cultural. Contudo, a efetivação do seu potencial depende do enfrentamento de entraves históricos e do fortalecimento de políticas integradas, sobretudo voltadas para a agroindustrialização e a multifuncionalidade, que, como apontam Dambrós e Valdemar (2015), envolve dimensões complexas essenciais para a sustentabilidade dos territórios rurais.

2.2. Agroindústria familiar

A agroindústria familiar constitui um dos principais instrumentos de valorização da agricultura familiar e de agregação de valor aos produtos primários. Engloba o conjunto de atividades de beneficiamento e transformação de matérias-primas agropecuárias em produtos processados, realizados por agricultores familiares com base na força de trabalho da própria unidade produtiva. Conforme Silva et al. (2016), a agroindústria familiar representa uma estratégia de verticalização da produção agrícola, pela qual os agricultores deixam de atuar exclusivamente na produção de matéria-prima e passam a agregar valor ao seu produto, conquistando maior autonomia econômica. Essa perspectiva reforça o papel transformador da agroindustrialização, que promove a diversificação produtiva e reduz a dependência de intermediários.

As agroindústrias familiares abrangem uma ampla gama de atividades, como a produção de polpas de frutas, doces, geleias, queijos, farinhas, pães, embutidos, mel, licores, conservas além, de itens não alimentares, como biocosméticos e artesanatos. Sua tipologia é variada, podendo assumir formatos individuais, coletivos (associações e cooperativas) ou territoriais, integrados a redes de economia solidária. De acordo com Gomes e Mattei (2020), esses empreendimentos podem ser classificados em três modelos principais: os individuais, geralmente ligados à unidade familiar; os coletivos, que envolvem associações ou cooperativas e; aqueles inseridos em redes territoriais e iniciativas de economia solidária.

O impacto da agroindústria familiar vai além da dimensão econômica, envolvendo também a valorização cultural, a geração de empregos locais e a promoção da segurança alimentar. Conforme destacado por Sabourin (2017), esse tipo de agroindústria contribui

para fortalecer a agricultura de base camponesa, tornando possível ao agricultor exercer múltiplos papéis, entre eles, à agregação de valor ao produto, a incorporação de conhecimentos tradicionais e a valorização da identidade cultural do meio rural, o que favorece o desenvolvimento territorial sustentável ao integrar aspectos produtivos, sociais e ambientais.

Outro aspecto relevante é a inserção das agroindústrias familiares nos circuitos curtos de comercialização, que aproximam produtores e consumidores, fortalecendo as economias locais e promovendo a valorização territorial. Segundo Darolt (2013, p. 139), “os circuitos curtos de comercialização são formas de escoamento que reduzem a distância e o número de intermediários entre quem produz e quem consome, criando vínculos de confiança e valorizando a produção local”. Essa lógica contribui para o reconhecimento social dos produtos artesanais, estimula o consumo de base local e se consolida como uma importante estratégia de resistência à homogeneização alimentar imposta pelas grandes cadeias comerciais.

Os mercados institucionais também exercem papel crucial na consolidação das agroindústrias familiares. Programas como o PAA e o PNAE, possibilitam escoamento estável da produção, formalização de empreendimentos e incentivo à adoção de boas práticas. (Grisa; Schneider, 2015) ao analisarem a temática, destacam que os programas públicos de compras institucionais têm se mostrado fundamentais para ampliar a renda e consolidar as agroindústrias familiares, pois garantem o mercado e estimulam a formalização e organização dos produtores.

Apesar dos avanços, persistem desafios de acesso aos programas públicos nas localidades pequenas e periféricas, principalmente pela ausência de assistência técnica e infraestrutura adequada, conforme apontado por Silva e Araújo (2021). A combinação desses fatores perpetua a exclusão das unidades produtivas mais vulneráveis, resultando em um ciclo, onde os benefícios dos programas tendem a se concentrar nos agricultores mais organizados, capitalizados e próximos dos centros urbanos. A superação desse desafio passa, necessariamente, pela reconstrução e fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e pelo investimento direcionado em infraestrutura de apoio à agroindustrialização nos territórios rurais.

Em resumo, a agroindústria familiar constitui um pilar estratégico da agricultura familiar, promovendo geração de renda, autonomia produtiva e valorização territorial, assim, ao articular produção, processamento e comercialização, contribui para a soberania

alimentar, o desenvolvimento endógeno e a inclusão social.

2.3. Agroindústrias familiares: entraves e desafios para o desenvolvimento rural

Apesar do grande potencial de transformação socioeconômica, as agroindústrias familiares enfrentam múltiplos obstáculos estruturais que limitam seu desenvolvimento e sua inserção competitiva nos mercados. Tais entraves podem ser agrupados em cinco dimensões principais: técnica, jurídica, financeira, sanitária e de infraestrutura. De acordo com Silva e Mattei (2020), a fragilidade da formação técnica e gerencial das agroindústrias familiares reflete a carência de políticas de assistência continuada, dificultando o aprimoramento de práticas produtivas e de gestão. Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2021) enfatiza que a ausência de capacitação específica e de acompanhamento técnico permanente compromete a sustentabilidade econômica desses empreendimentos, que acabam operando de forma desarticulada e com baixo valor agregado.

Essas limitações técnicas, quando associadas à falta de infraestrutura adequada e à complexidade das exigências legais e sanitárias, reforçam o quadro de vulnerabilidade do setor, impedindo que as agroindústrias familiares expressem plenamente seu potencial de geração de renda, inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

A deficiência na ATER agrava o cenário de entraves técnicos. Historicamente, a ATER no Brasil concentrou seu escopo na produção primária, o que resultou em lacunas significativas no apoio à agroindustrialização e à gestão dos empreendimentos familiares. Essa limitação da extensão restringe a inovação tecnológica, a capacidade de gestão dos empreendedores e, conseqüentemente, a formalização dos negócios, uma vez que o serviço de ATER, em sua modalidade pública, tende a focar na base produtiva e apresenta déficits na capacitação dos agricultores familiares em temas como gestão financeira e processos agroindustriais (Pereira; Castro, 2021).

Outros entraves incluem burocracia excessiva para legalização, a dificuldade crônica de acesso ao crédito, à fragilidade sanitária (diretamente ligada à falta de capacitação) e a carência de infraestrutura básica (como água, energia e logística), fatores amplamente identificados em estudos recentes e que afetam especialmente áreas periurbanas como a Aglomeração Urbana de São Luís.

3. Metodologia

O estudo abrangeu a microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, que inclui os municípios de São Luís (Capital do Maranhão), São José de Ribamar, Raposa e Paço do

Lumiar, distantes da Capital 31,5 km, 26 km e 22 km, respectivamente. A microrregião está localizada na mesorregião Norte Maranhense (Figura 1).

Figura 1 - Representação dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa



Fonte: <https://agem.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/mapas-grande-ilha> (2025)

A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica qualiquantitativa. Essa escolha se justifica pela necessidade de conciliar a interpretação aprofundada dos fenômenos sociais, organizacionais e econômicos com a mensuração objetiva dos desafios e oportunidades observados. A vertente qualitativa é fundamental para interpretar a complexidade da realidade estudada, na qual as percepções dos gestores, o contexto sociocultural e as experiências dos atores rurais desempenham papel central na construção do conhecimento. Conforme Minayo (2017), a abordagem qualitativa é ideal para captar motivações, crenças e o significado subjetivo dos fenômenos. Complementarmente, a dimensão quantitativa permitiu a mensuração da frequência e da intensidade de variáveis objetivas, como a ocorrência de entraves e o acesso a políticas públicas, utilizando instrumentos padronizados. A integração desses métodos potencializa a análise, conferindo maior confiabilidade e validade às conclusões (Flick, 2009).

Quanto ao método, o estudo classifica-se como descritivo, pois visa identificar, caracterizar e analisar os principais desafios e as oportunidades relacionadas à implantação, ao funcionamento e ao fortalecimento das agroindústrias familiares. Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva estabelece características e relações entre variáveis, fornecendo a base empírica para interpretações críticas.

O delineamento da pesquisa foi executado em três etapas (levantamento, coleta e análise)

no período de julho a outubro de 2025, combinando a pesquisa de campo com a análise bibliográfica e documental. A pesquisa de levantamento (*survey*) foi a principal ferramenta para caracterizar o perfil das agroindústrias e compreender os desafios. O mapeamento do universo de estudo foi realizado por meio de pesquisa documental junto a órgãos públicos e de apoio à agricultura familiar, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) e a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP).

Foram selecionadas 17 agroindústrias familiares ativas para compor a amostra. A escolha do grupo ocorreu por amostragem não probabilística por acessibilidade (ou conveniência), dependendo da disponibilidade e consentimento dos gestores para participar, um critério aceito em estudos de natureza exploratória-descritiva com foco em contextos específicos (Lakatos; Marconi, 2017). Todas as unidades incluídas obedeceram aos critérios legais de enquadramento da agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006).

O principal instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado, desenhado a partir do referencial teórico e organizado em cinco blocos temáticos: (1) Identificação e caracterização; (2) Aspectos técnicos e de infraestrutura; (3) Aspectos legais e organizacionais; (4) Acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e; (5) Desafios e oportunidades (percepção dos gestores). A aplicação dos questionários combinou 10 entrevistas presenciais (*in loco*) e 7 entrevistas realizadas online (via Google Forms).

Para a mensuração da intensidade das dificuldades percebidas (crédito, comercialização, capacitação), utilizou-se a escala de Likert de seis pontos, variando de 1 (muito fácil) a 6 (muito difícil), o que permitiu a quantificação de atitudes e percepções subjetivas (Gil, 2019). Como fontes de dados secundários, foram utilizados relatórios institucionais e, de forma específica, o Diagnóstico das Casas de Farinha de São Luís (SEMAPA, 2023). Este documento forneceu dados objetivos sobre as condições estruturais da cadeia da mandiocultura, permitindo a triangulação de fontes para validar e aprofundar a análise das limitações infraestruturais percebidas nos dados primários.

O tratamento dos dados observou os seguintes procedimentos: a) análise quantitativa - as respostas às questões fechadas (incluindo a escala de Likert) foram tabuladas no Microsoft Excel para aplicação de estatística descritiva. Calcularam-se frequências (absolutas e relativas) e médias ponderadas para identificar padrões, tendências e a intensidade dos desafios. Os resultados foram apresentados em tabelas; b) análise qualitativa - as respostas abertas foram

submetidas à Análise de Conteúdo, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação, conforme a metodologia de Bardin (2011). A categoria de infraestrutura, especificamente, foi triangulada com os dados do Diagnóstico das Casas de Farinha de São Luís, o que fortaleceu a validade das inferências sobre as condições objetivas de produção no território.

A pesquisa seguiu integralmente os princípios éticos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e as diretrizes da UEMA. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato, a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos.

4. Discussão dos Resultados

Os dados mostraram que a concentração significativa de agroindústrias em São Luís (58,8%) e São José de Ribamar (29,4%) reflete uma tendência de inserção dos empreendimentos em áreas com melhor infraestrutura, maior adensamento populacional (mercado consumidor) e, potencialmente, maior acesso a programas de fomento. A ausência de unidades na Raposa, conforme a amostra, sugere desigualdades territoriais no processo de estruturação produtiva e de apoio institucional (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição geográfica das agroindústrias pesquisadas

Município	Frequência (n)	Porcentagem (%)
São Luís	10	58,8%
São José de Ribamar	5	29,4%
Paço do Lumiar	2	11,8%
Total	17	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Este padrão é coerente com as reflexões de Grisa e Schneider (2015), que analisam os desafios enfrentados pelos agricultores familiares em contextos metropolitanos. Segundo os autores, nesses ambientes, a competição por espaço, a pressão urbana sobre o uso do solo e a invisibilidade nas políticas públicas dificultam a consolidação dessas iniciativas, sendo a proximidade aos centros urbanos um fator decisivo para a sobrevivência e o acesso a canais de comercialização.

A caracterização dos agricultores-empREENhedores que lideram as agroindústrias é fundamental para a compreensão da gestão e das necessidades de capacitação. Os resultados de idade, escolaridade e gênero estão sumarizados no Quadro 1.

A análise da idade revela uma distribuição, com predominância nas faixas 21 a 30 anos (35,3%) e 51 a 60 anos (29,4%). Este padrão sugere a coexistência de produtores mais experientes e a inserção de uma parcela jovem, indicando potencial para a sucessão e a adoção de inovações, demandando, no entanto, políticas específicas para a retenção das novas gerações no ambiente rural.

Quadro 1 - Idade, escolaridade e gênero dos agricultores-empresendedores

Categoria	Faixa/Nível	Porcentagem (%)
Idade	21 a 30 anos	35,3%
	41 a 50 anos	17,6%
	51 a 60 anos	29,4%
	61 a 70 anos	5,9%
	Acima de 70 anos	11,8%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	5,9%
	Ensino Fundamental Completo	14,3%
	Ensino Médio Completo	47,1%
	Ensino Superior Incompleto	11,8%
	Ensino Superior Completo	21,0%
Gênero	Feminino	58,8%
	Masculino	41,2%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se um perfil educacional elevado. O ensino médio completo concentra a maior frequência com 47,1%. O percentual de empresários com ensino superior completo totaliza 21% e incompleto 11,8%. Em contraste, o total de empresários com ensino fundamental completo ou incompleto) é de 20,2%. Essa qualificação educacional superior à média do que, em geral, encontramos no meio rural, sugere uma maior capacidade de absorção de conhecimento técnico, o que é um fator de facilitação na implementação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e na busca por formalização e certificação.

O perfil produtivo das agroindústrias é marcado pela diversidade e por uma forte vocação para o processamento de produtos a base de frutas. O segmento dominante é agroindustrialização de polpas de frutas, representando 56,3% das unidades analisadas, o que sublinha a relevância da fruticultura na matriz econômica local e o potencial para a economia de escala (Tabela 2).

A análise dos dados evidencia que, além das polpas, existem nichos importantes como os panificados (12,5%) e a produção de mel e derivados (6,3%), bem como a incursão em subprodutos como o café do açaí e a ração animal. Essa vocação frutícola reforça o potencial endógeno de agregação de valor e a diversificação da renda familiar.

Tabela 2 - Tipos de produtos processados

Produto Processado	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Polpas de Frutas	9	56,3
Panificados (pães, bolos, biscoitos)	2	12,5
Doces e Compotas	2	12,5
Conservas (molhos, pimentas, picles, etc.)	1	6,3
Café do açaí e ração animal	1	6,3
Mel abelha com ferrão e Húmus de minhoca	1	6,3
Total	16	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Nota: A soma das categorias excede o número total de respostas (16) devido à possibilidade de múltiplas escolhas.

As condições estruturais, a infraestrutura física e a carência de suporte técnico qualificado foram identificadas pelos entrevistados como entraves críticos à consolidação e ao fortalecimento das agroindústrias familiares na Microrregião. A percepção generalizada de carência estrutural e tecnológica, frequentemente expressa em médias elevadas na escala de dificuldades, está intimamente ligada à baixa penetração da ATER e à obsolescência das instalações.

O apoio técnico especializado é um pré-requisito para a melhoria da gestão, a adoção de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e a adequação às normas sanitárias. Contudo, os dados da pesquisa revelam uma severa limitação no acesso a esse serviço. Somente 29,4% das unidades receberam assistência técnica, enquanto 70,6% não receberam.

A expressiva qualificação educacional, onde 79,9% dos agricultores-empREENDEDORES possuem ensino médio e ensino superior completo ou incompleto, contrasta paradoxalmente com o elevado índice de desassistência técnica (70,6%). Esse cenário corrobora às reflexões de Leite (2015), que aponta para o caráter seletivo das políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Segundo o autor, embora o capital humano seja um facilitador para a inovação, a ausência de uma assistência técnica especializada em agroindustrialização cria um 'vácuo institucional'. No caso da Microrregião analisada, o perfil qualificado dos produtores e a forte presença feminina (58,8%) não têm sido suficientes para atrair o suporte do Estado, que permanece focado em modelos de produção primária tradicional, negligenciando o potencial de agregação de valor nas unidades de produção.

A maioria dos empreendedores (70,6%) reportou nunca ter recebido assistência técnica para a implantação ou operação de seus empreendimentos. Este achado é um indicativo do baixo alcance ou da inadequação das políticas públicas de ATER para o segmento de agroindustrialização na região, fator que agrava a vulnerabilidade técnica e legal dos produtores. Apesar da baixa cobertura, a qualidade percebida pelos poucos que tiveram acesso

é majoritariamente positiva, pois 50% consideram boa, 33,3% razoável e 16,7% ruim, fato que demonstra a importância do serviço quando ele é efetivamente ofertado (Tabela 3).

Tabela 3 - Avaliação da qualidade da assistência técnica recebida

Qualidade da Assistência	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Ruim	1	16,7%
Razoável	2	33,3%
Boa	3	50,0%
Total	6	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Nota: A avaliação refere-se apenas aos produtores que responderam à questão sobre a qualidade.

A análise das áreas de suporte revela onde o foco da ATER tem sido historicamente direcionado e, mais importante, onde estão as lacunas críticas (Tabela 4). Os resultados apontam que o suporte está concentrado no manuseio/produção (50,0%), alinhando-se a uma tradição de extensão rural mais voltada para a produção primária e o processamento dos produtos. A ausência de suporte nas áreas de gestão financeira e formalização e legislação, é uma limitação crítica. Essa falta de capacitação compromete diretamente a eficiência dos processos, a padronização da qualidade e a competitividade. Sambuichi et al. (2016) apontam que a atenção insuficiente à agroindustrialização e à comercialização limita o desenvolvimento pleno desses empreendimentos e sua inserção em mercados formais.

Tabela 4 - Áreas de Assistência Técnica Recebida (n=10)

Área de Suporte	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Manuseio /Produção	5	50,0%
Marketing e Vendas	2	20,0%
Boas Práticas de Fabricação (BPF)	2	20,0%
Gestão Financeira	-	-
Formalização e Legislação	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os dados revelam um "gargalo de especialização" na assistência técnica oferecida ao concentrar o suporte no manuseio e na produção primária e negligenciar áreas como gestão financeira e legislação, a ATER local reproduz o que Niederle (2014) descreve como uma visão produtivista e limitada da extensão rural. Para o autor, o fortalecimento das agroindústrias familiares depende de uma transição para mercados de "produtos de qualidade", o que exige uma assistência técnica capaz de mediar não apenas o campo, mas as exigências normativas e os canais de comercialização. No caso das agroindústrias de polpa de fruta, a ausência de

orientação em Boas Práticas de Fabricação (BPF) e regularização sanitária atua como uma barreira invisível, que impede que a produção física se converta em valor econômico nos mercados formais.

A limitação técnica é agravada pela condição das instalações. A antiguidade dos empreendimentos, dos quais 58,8% foram implantados antes de 2019, sugere o envelhecimento das instalações físicas e a obsolescência dos equipamentos utilizados. Esse quadro estrutural limita a capacidade de incorporação de inovações e dificulta a adequação às normas sanitárias vigentes, impactando a eficiência produtiva e elevando os custos operacionais. Schneider e Cassol (2013) destacam que fragilidades estruturais decorrentes de infraestrutura inadequada, baixa capacidade de investimento e o uso de equipamentos defasados constituem barreiras centrais para a modernização e o fortalecimento das agroindústrias familiares, comprometendo sua sustentabilidade econômica e, conseqüentemente, a segurança alimentar e a qualidade de seus produtos.

A formalização legal e sanitária constitui um dos maiores desafios, sendo um fator de exclusão de mercado. Os dados mostraram o grau de formalização das agroindústrias, onde 41,2% não são formalizadas, 35,3% são parcialmente formalizadas e, apenas 17,6% são totalmente formalizadas. A justificativa das unidades atuando na informalidade ou apenas parcialmente formalizadas (76,5%), é que existem burocracias excessivas e custos elevados para legalização (CNPJ, licenciamento, exigências estruturais), incompatíveis com a realidade dos pequenos produtores. Schneider (2009) ressalta que as exigências legais frequentemente são desenhadas para grandes empresas, o que faz com que se transformem em obstáculos para os pequenos produtores ingressarem no mercado formal. Segundo Silva et al. (2023), a ausência de estrutura adequada e de profissionais qualificados nos serviços municipais de inspeção representa um obstáculo ao monitoramento efetivo e à certificação das unidades produtoras.

Nesse sentido, Belik (2017) salienta que a ausência de um sistema de inspeção eficiente e acessível dificulta a inserção dos produtos das agroindústrias familiares nos mercados formais e limita seu potencial de expansão. A Lei nº 13.680/2018 (Selo Arte) é vista como uma oportunidade para valorização da agroindústria artesanal e permite a flexibilização de exigências sanitárias sem prejuízo à qualidade e à segurança alimentar, mas sua efetiva aplicação depende da orientação técnica adequada e da simplificação dos processos regulatórios.

A análise revelou que os eixos mais críticos de dificuldade enfrentados são de natureza financeira e institucional. O Quadro 2 detalha a percepção de dificuldade considerando a Escala

Likert. Os resultados confirmam que o tripé capital, crédito e burocracia configuram o maior obstáculo. Essa dificuldade corrobora a tese de Mattei e Schneider (2013), que destacam a dificuldade de acesso ao crédito pela maioria dos agros industrializadores familiares, os quais encontram entraves burocráticos e falta de articulação institucional.

Quadro 2 - Média de dificuldade percebida por aspecto (Escala 1 a 6)

Aspecto	Média de Dificuldade	Nível de Dificuldade
Falta de capital inicial ou de giro	4,35	Difícil
Acesso a crédito	4,29	Difícil
Burocracia para legalização	4,24	Difícil
Acesso a mercado para os produtos	3,35	Moderada
Falta de equipamentos adequados	3,24	Moderada
Assistência técnica de qualidade	3,24	Moderada
Exigências sanitárias e legais	3,18	Moderada

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Por outro lado, as oportunidades identificadas incluem a expansão dos mercados institucionais (PAA e PNAE), o crescimento da demanda por produtos artesanais e a integração via cooperativas. Grisa e Schmitt (2014), nesse sentido, enfatizam que os programas públicos de compras institucionais têm sido fundamentais para a consolidação das agroindústrias familiares, ao garantir mercado e estimular a formalização e a organização dos produtores. Outra oportunidade reside na valorização da identidade territorial e da produção sustentável. Sabourin (2007) aponta que a agroindústria familiar constitui um campo fértil para a inovação social e técnica, pois articula saberes locais com práticas sustentáveis, ampliando as possibilidades de inserção econômica dos agricultores.

A pesquisa evidencia a necessidade urgente de uma política pública integrada que simplifique as exigências legais, modernize a ATER e amplie o acesso ao crédito. Grisa e Schneider (2015) argumentam que as agroindústrias familiares são fundamentais para a dinamização econômica do campo, pois promovem a agregação de valor aos produtos primários e fortalecem os circuitos curtos de comercialização. Nesse sentido, Schneider, Cassol e Gazolla (2016) ressaltam que os circuitos curtos de comercialização são cruciais, pois valorizam a produção local ao reduzir a presença de intermediários e, consequentemente, aproximar produtores e consumidores. Essa característica se mostra fundamental na Microrregião, dada a proximidade do mercado urbano. Apesar dos desafios, a Microrregião é um campo fértil para

políticas territorializadas que transformem as agroindústrias familiares em vetores de desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva.

5. Considerações finais

As agroindústrias familiares da Aglomeração Urbana de São Luís representam um setor estratégico com alto potencial de agregação de valor. Contudo, esse potencial é travado por entraves estruturais, técnicos e institucionais.

O setor demonstrou alta diversidade produtiva, com predominância de polpas e sucos de frutas, refletindo a vocação agroalimentar regional e a facilidade de inserção nos circuitos curtos de comercialização. As agroindústrias familiares da Microrregião podem se transformar em vetores centrais de transformação econômica, social e cultural.

Sua consolidação depende não apenas de investimentos materiais, mas sobretudo de estratégias como o associativismo, gestão participativa e políticas públicas articuladas, capazes de reconhecer a especificidade e o potencial inovador desse segmento. A agroindustrialização familiar representa, além de uma alternativa econômica, uma forma de resistência e afirmação da agricultura familiar como agente fundamental para o desenvolvimento local.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BELIK, W. Segurança alimentar e sistemas de inspeção no Brasil. In: DELGADO, G. C. (Org). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 221-243. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BRITO, M.; BERALDO, K. A.; SOUSA, D. N. de. Estrutura produtiva da agricultura familiar no Maranhão: comparação entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. **Revista Sobre Desenvolvimento**, v.6, n.9, p. 913-929, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/8193>. Acesso em: 18 out. 2025.
- CUNHA, F. L. S.; REIS, A. B. Desafios e potencialidades das agroindústrias familiares no Maranhão: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, São Luís, v. 8, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2020.
- DAMBRÓS, J.; VALDEMAR, João Carlos. **A multifuncionalidade da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- DAROLT, M. R. Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção–consumo. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas,**

mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139– 170.

DELGADO, G. C.. **Do capital financeiro à economia do agronegócio**: mudanças e permanências na questão agrária do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, L. A.; MATTEI, L. A. Agroindústria familiar no Brasil: modelos, desafios e políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 40-60, jul./dez. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de fomento à agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, S. P. (org.). **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil**: um balanço crítico. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MATTEI, L. Agronegócio, agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 77-101, jan./abr. 2006.

MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas para a agroindústria familiar: o papel do PRONAF. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-28, jan./abr. 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MOURA, M. D. et al. PAA e PNAE: impactos no escoamento e na renda da agricultura familiar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 80-99, jan./jun. 2021.

NIEDERLE, P. A. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, formas de engajamento e as mudanças recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. Assistência técnica e extensão rural no Brasil e no mundo: qual o papel da ATER pública? **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 74-88, maio/ago. 2021.

RIBEIRO, J. A. Extensão rural e desenvolvimento agroindustrial no Maranhão: desafios e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 115–132, 2021.

SABOURIN, E. A agroindústria familiar: estratégia de desenvolvimento sustentável e territorial. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 110-125, maio/ago. 2017.

SABOURIN, E. A emergência da inovação social no rural brasileiro: o caso da agroindústria familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 331-358, out. 2007.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Assistência técnica e extensão rural: desafios e possibilidades

para a agricultura familiar no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 80–93, jan./abr. 2016.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232207>. Acesso em: 03 out. 2025.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. In: **Manejo florestal sustentável e agricultura familiar na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. p. 301-324.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago: Rimisp – Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural, 2013.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; GAZOLLA, M. Circuitos curtos de comercialização e sistemas agroalimentares. **Agricultura Familiar**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 80-95, maio/ago. 2016.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **A agricultura familiar e as novas dinâmicas do desenvolvimento rural**. Campinas: UNICAMP, 2001.

SILVA, M. A.; ARAÚJO, L. C. Desafios de acesso aos mercados institucionais pela agroindústria familiar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 70-85, jan./jun. 2021.

SILVA, R.; MATTEI, L. O PRONAF e a institucionalização da agricultura familiar no Brasil. In: MATTEI, L. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural**. Florianópolis: UFSC, 2020. p. 45–63.

SILVA, T. et al. Verticalização da produção e agroindústria familiar: estratégias de geração de renda. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 30-45, 2016.

SILVA, T. M. D. et al.. Serviço de Inspeção Municipal em municípios maranhenses como ferramenta de desenvolvimento local e inclusão social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, n. 11, p. 978–995, 2023. DOI: 10.37885/221110978.

Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/articles/code/221110978>. Acesso em: 02 out. 2025.

SOUZA, E. M.; BORGES, G. M. Agroindustrialização familiar: entraves e possibilidades para o desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 4, p. 651-666, out./dez. 2018.